

MARX E MÉSZÁROS: UMA ANÁLISE DA CRISE DO CAPITAL E DA TRANSIÇÃO SOCIALISTA

Wildiana Kátia Monteiro Jovino ¹

Resumo:

A pesquisa investiga as premissas subjacentes à crise do capital e os fundamentos que embasam a transição socialista defendido por Mészáros, a partir do pensamento de Marx. O argumento utilizado versará em alguns princípios orientadores à transformação socialista, para o qual a ação extraparlamentar, a progressiva transferência do poder de decisão aos produtores associados e a igualdade substantiva, dentre outros, figuram como importantes aportes no desenvolvimento da consciência socialista, que devem ser considerados numa totalidade integrada de determinações recíprocas e implicações globais, conjugados indistintamente à negação radical do sistema do capital e do capitalismo.

Palavras-chave: Crise do capital, Transição socialista, Socialismo

Abstract:

The research investigates the premises underlying to the crisis of capital and the fundamentals that are the base to the socialist transition defended by Mészáros, from Marx's thought. The argument used will be about some guiding principles to the socialist transformation, for which, the "extra-parliamentary action", the gradual transfer of decision-making to the associated producers and the "substantive equality", among others, appear as important contributions in the development of the consciousness socialist, which must be considered on a totality integrated by reciprocal determinations and global implications, that are combined with no distinction to the radical negation of the capital system and capitalism.

Keywords: Crisis of capital, Socialist transition, Socialism

Introdução

Marx evidenciou as crises capitalistas como inerentes à dinâmica que movimenta a vida social no capitalismo. Com igual intensidade, ele assevera as premissas objetivas e subjetivas de ruptura do ser social ao atual modo de produção e reprodução social. Mészáros, por sua vez, corroborando o pensamento de Marx, fundamenta a transcendência histórica do socialismo como uma construção humana

¹Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), vinculada ao Eixo Filosofia, Política e Educação. Bolsista PROPAG/CAPES. E-mail: wjovino@gmail.com

plenamente realizável. Neste sentido, este artigo pretende investigar, em Marx, as premissas subjacentes à crise capitalista e os fundamentos que embasam a transição socialista defendida por Mézszáros. O argumento utilizado versará na análise da equação que esmiúça o mistério do progressivo aumento do dinheiro e do capital e em alguns dos princípios orientadores à transformação socialista apontados por Mézszáros, para o qual a “ação extraparlamentar”, a progressiva transferência do poder de decisão aos produtores associados e a igualdade substantiva, dentre outros, figuram como importantes aportes no desenvolvimento da consciência socialista. Para clarear tal proposição, guiaremos-nos por uma concepção de mundo que se põe em franca oposição às verdades carcomidas do capitalismo e pela afirmação da teoria revolucionária que dispõe dos fundamentos basilares à concretização do projeto emancipatório de sociedade.

Pretendemos argumentar que, não obstante a proclamação ideológica neoliberal e o niilismo existencial que implode as subjetividades contemporâneas, o ideal socialista de sociedade não está morto. Esta afirmação não tem por base nenhuma crença utópica de terra prometida ou algum devaneio surrealista. As bases das quais partimos são reais. É no interior do próprio modo de produção capitalista, com suas tendências e contradições, que se gestam os elementos para um novo tipo de sociedade, precisamente a sociedade comunista, sociedade esta que não demarca o fim da caminhada humana, mas apenas o alvorecer da verdadeira história da humanidade. Antes, porém, de investigar a estratégia orientadora ao socialismo defendida por Mézszáros, iniciaremos este artigo analisando a equação reprodutiva do capital no interior do capitalismo, desvendado por Marx, trazendo à margem a natureza contraditória do sistema do capital.

74

1. O Movimento de Acumulação do Capital Segundo Marx

Em sua forma mais amadurecida, a acumulação do capital se expressa na fórmula geral $D - M - D'^2$. Nesse circuito, o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso, pois o dinheiro obtido ao final do processo será quantitativamente maior do que o inicialmente investido, e este movimento transforma o dinheiro em capital. Esta

² Não nos deteremos na análise da forma simples da circulação de mercadorias ($M - D - M$), tendo em vista que tal equação exprime a satisfação das necessidades humanas, à medida que se inicia com a conversão de mercadoria em dinheiro e reconversão de dinheiro em mercadoria e esta, por sua vez, é consumida como valor de uso, tendo na esfera do consumo a finalização do processo.

transformação só pode ser explicada a partir do momento em que as condições históricas fazem surgir uma mercadoria peculiar, a força de trabalho humano, cujo processo de consumo é um processo de criação de mais valor do que ela já possui.

Para transformar dinheiro em capital, tem o possuidor do dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre nos dois sentidos, o de dispor, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo, além desta, outra mercadoria para vender (MARX, 2008, p. 199).

O capitalista compra máquinas, utensílios, instrumentos, matérias-primas (capital constante) e força de trabalho (capital variável) para produzir novas mercadorias, as quais terão um valor maior do que o inicialmente gasto por ele. É essa diferença entre o inicial investido na compra e o final arrecadado na venda que alimenta e motiva o capitalista: o lucro.

Marx, porém, dá-nos os elementos para uma leitura mais apurada dessa imediatividade e nos esclarece que o lucro do capitalista não reside na totalidade do capital empregado. O lucro é apenas a pulsão inicial do processo de produção. É no capital variável investido, no uso da mercadoria força de trabalho que podemos vislumbrar a fonte do valor excedente.

O montante desse excedente será determinado pela crescente duração e intensidade da parcela não remunerada do trabalho, projeto que conduz o capitalista ao investimento em novas e melhores formas de extração do excedente, que, transformado novamente em capital, põe em andamento a acumulação ampliada.

Quando há o prolongamento da jornada de trabalho, o capitalista motiva, por exemplo, a produção de 20 cadeiras ao invés das 15 produzidas nas oito horas habituais de trabalho (mais-valia absoluta). Pode, ainda, aumentar a produtividade do trabalho reduzindo o tempo de trabalho necessário à produção do equivalente à subsistência do trabalhador, que se era de quatro, por exemplo, passa a três horas, sendo incorporada essa diferença como acréscimo ao trabalho excedente, que passa a cinco horas e o trabalho necessário se reduz a três horas, ou seja, o excedente, que já pertence ao capitalista, era de quatro, agora passou a cinco horas (mais-valia relativa).

Esta proeza é o que torna possível a acumulação do capital, ora facilitada pela aplicação de novos métodos de produção. É daí que surge o fetiche da técnica como condição e caminho para o progresso da humanidade, o qual camufla o princípio basilar que credencia o trabalho vivo como a única fonte de novo valor, o que finda por

enaltecer os disfarces que a produção capitalista assume para o pleno êxito de seu objetivo predominante, a saber, a extração incessante do excedente do trabalho humano.

Mas, a produção capitalista não é somente a reprodução de mercadorias e mais-valia, pressupõe também a produção e reprodução das relações sociais de produção que lhes servem de base: de um lado, sujeitos aptos a comprar mercadorias a fim de produzir outras novas que se impõem a outros indivíduos que necessitam vender sua força de trabalho pelo preço que a eles mesmos custam. A equação capitalista, portanto, ainda que se alimente da produção de mercadorias e excedentes, necessita igualmente de relações sociais que lhes deem sustentação e legitimidade, pois, para que tenha continuidade faz-se mister que os indivíduos adotem “as perspectivas gerais da sociedade de mercadorias como limites inquestionáveis de suas próprias aspirações”. (MÉSZÁROS, 2006, p. 263-264).

Ademais, a dinâmica que movimenta a vida social confronta a produção capitalista com uma tendência que ergue obstáculos ao seu próprio desenvolvimento, pois se a classe dos capitalistas, para sobreviver à concorrência acirrada, precisa reduzir seus custos continuamente e esse objetivo demanda investimentos de forma contínua e crescente em maquinário e matérias-primas. Como consequência, tem-se uma diminuição relativa do capital variável empregado, em comparação com o constante, trazendo à margem a tendência à negação do trabalho vivo pelo trabalho morto, determinando a elevação no que Marx chama de composição orgânica do capital. Esse aumento implica um estreitamento da base de sustentação do processo de valorização do capital que se projeta na tendência à queda da taxa de lucro.

Essa barreira ao desenvolvimento da produção capitalista é o “mistério” que atormenta a economia política desde Adam Smith e cuja tentativa de formulação teórica envolve os economistas, anteriores e posteriores a Marx, em grandes divergências³. É este o paradoxo essencial da produção capitalista, que “ao desenvolver-se, a taxa média geral da mais-valia tenha de exprimir-se em taxa geral cadente de lucro” (MARX, 1983, p. 243). Por um lado, para se obter um lucro superior, é necessário o aumento da produtividade do trabalho e a consequente redução dos custos de produção das

³ Marx observa que, “embora a economia política vislumbrasse a diferença entre capital constante e variável, não chegou a formulá-la claramente; [...] nunca apresentou a mais-valia separada do lucro e a configurar o lucro em sua pureza, destacado de seus componentes diversos que ostentam autonomia recíproca, como lucro industrial, lucro comercial, juros, renda fundiária; [...] nunca analisou em seus fundamentos a variação da composição orgânica do capital e por isso tampouco a formação da taxa de lucro” (MARX, 1983, p. 244).

mercadorias, situação que empurra o conjunto dos capitalistas ao investimento em capital constante. Por outro lado, essa operação implica a redução relativa do capital variável, e, por conseguinte, na queda da taxa de lucro, queda esta que é, em parte, atenuada pela elevação da taxa de mais-valia da qual se utiliza o capitalista, sendo que a tentativa de incremento da taxa de lucro por meio da intensificação do grau de exploração da força de trabalho se depara sempre com os limites físicos e históricos de resistência da classe operária ou, ainda, a crescente homogeneização da produção conduz essas fontes de exploração ao progressivo esgotamento.

Marx diz:

[...] e nisto consiste todo o mistério da tendência à baixa da taxa de lucro – que os meios de produzir mais-valia relativa reduzem-se, em suma, ao seguinte: converter a maior quantidade possível de dada massa de trabalho em mais-valia, ou empregar a menor quantidade possível de trabalho em relação ao capital adiantado. Assim, as mesmas causas que permitem elevar-se o grau de exploração do trabalho, impedem que se explore com o mesmo capital global a mesma quantidade anterior de trabalho. Há aí tendências opostas que simultaneamente atuam no sentido de elevar a taxa de mais-valia e de baixar a massa de mais-valia e por conseguinte a taxa de lucro correspondentes a dado capital (MARX, 1983, p. 267).

Ressalta-se ainda que a queda da taxa de lucro também tem um caráter controlado. Conforme adverte Marx, à lei geral da queda da taxa de lucro sobrelevam-se “fatores contrários” que “anulam” a consumação absoluta da baixa geral da taxa de lucro, o que lhe imprime o caráter de tendência, são eles: o aumento do grau de exploração do trabalho, a redução dos salários, a baixa dos preços dos elementos do capital constante, a superpopulação relativa (exército industrial de reserva), o comércio exterior e o aumento do capital em ações são os fatores contrários à lei que retardam e/ou paralisam parcialmente essa queda (MARX, 1983, p. 267-276).

A correlação das forças que objetivam suplantar os limites que interferem na expansão do capital, no entanto, não altera a regra de que, na produção capitalista, o desenvolvimento da produtividade do trabalho equivale à redução da taxa de lucro. Sendo o lucro o “estimulante” da produção capitalista e por ele se impor o aumento da produtividade – relação que conduz não ao aumento do trabalho social, mas, de forma inversa, à diminuição relativa do trabalho vivo em geral – temos, então, revelada a principal contradição do modo capitalista de produção.

Marx diz:

Mais uma vez revela-se o limite específico da produção capitalista e vê-se que não é, de maneira alguma, forma absoluta do desenvolvimento das forças produtivas e da criação da riqueza, colidindo com este desenvolvimento a partir de certo ponto (MARX, 1983, p. 302).

A contradição permanente entre os objetivos e meios empregados para se atingir o desenvolvimento ilimitado da produção colidem com as relações de produção que lhe correspondem. O conflito entre esses elementos antagônicos se realiza, periodicamente, nas crises que perturbam o processo de circulação e reprodução do capital. “As crises não são mais do que soluções momentâneas e violentas das contradições existentes, erupções bruscas que restauram transitoriamente o equilíbrio desfeito” (MARX, 1983, p. 286). São, portanto, inerentes ao modo de produção capitalista, é produto das contradições internas que vigoram nas relações de produção e, ao mesmo tempo, motor funcional de reação, restauração e sobrevida do próprio sistema, pois está na natureza do capital superar as barreiras que afrontem a sua fome ininterrupta de expansão. Não obstante, ainda que postergada indefinidamente em seus conflitos, tenderá à fratura e eis que se apresenta o calcanhar de Aquiles. No entanto, é importante destacar que o capitalismo não tem limites puramente econômicos, devendo ser superado por uma revolução social. Trata-se, pois, de um processo histórico-social diretamente vinculado ao desdobramento da luta de classes.

3. O Movimento Alternativo de István Mészáros

A reflexão sobre a crise do capital que abarca a totalidade do complexo social, confronta-nos com posições ideológicas – e teorias compatíveis a cada uma delas – que retratam os embates e distorções com os quais o marxismo e o projeto socialista têm se deparado ao longo da sua história.

Ademais, as contradições crônicas do sistema do capital que, quando despojadas de uma práxis verdadeiramente revolucionária, projeta e conforma nossos cérebros ao apologético letreiro hegeliano de que “nada de novo sob o Sol é produzido” (HEGEL, 1998, p.53). Contrapor-se às tendências ideológicas que eternizam o capitalismo sobre qualquer outra forma social não constitui tarefa simples, afinal a consciência social de uma dada época é expressa pela ideia da classe hegemônica e assume, de forma aparente e idealista, a representação dos interesses universais da sociedade.

A consequência teórica dessa ideologia recaí na condenação do marxismo e na insistente negação das forças possíveis de emancipação. E como rota de fuga à promessa de desvencilhamento das contradições sociais que insistem em não desaparecer, novas teorizações mistificadoras são elaboradas: o fim da história

(FUKUYAMA, 1999), a pós-modernidade, a perda de credibilidade do relato da emancipação (LYOTARD, 2009), a comunidade ideal de comunicação intersubjetiva (HABERMAS *apud* MÉSZÁROS, 2004), essas que são apenas alguns exemplos do ideário relativista pós-moderno que busca o consenso político e o subterfúgio das contradições sob a alegativa da inacessibilidade da razão humana à realidade objetiva. Tal versão, em última instância, procura inviabilizar a transcendência positiva do mero consenso obtido em esferas isoladas e localizadas do discurso ou da linguagem, relegando para a “terra do nunca” o compromisso de luta pelo ideal socialista de sociedade. Paradoxalmente, todo esse entorpecimento ideológico não é capaz de esgueirar-se da crise do capital, do capitalismo e dos dilemas sociais que se interpõem para a humanidade, pois, conforme nos adverte Mészáros, a crise que vivenciamos hoje se diferencia da natureza de outrora. Segundo sua análise, não há mais intervalos cíclicos entre expansão e recessão. A própria realização do valor foi acometida pela lógica irrefutável de valorização do capital, que corrói as engrenagens do “sistema sociometabólico”.

Não obstante, o sistema de “mediações de segunda ordem” – a produção alienada e suas personificações – atrela a produção e o consumo à degradação do trabalho e da natureza às “consequências destrutivas”, que mais e mais se intensificam devido ao distanciamento da produção voltada às necessidades sociais, humanas, diferentes daquelas dominantes, voltadas à desmedida reprodução do valor.

Desta feita, a crise nas estruturas do capital demarca limites intransponíveis ao desenvolvimento humano e expõe uma rede nefasta de contradições entre o capital e o trabalho pondo em evidência a exaustão do atual modo de produção. A submissão das necessidades humanas ao poder alienante da expansão do capital, a desumanização do trabalho vivo transformado em mercadoria, a taxa de utilização sempre decrescente dos bens e serviços que prenunciam o colapso o meio ambiente, são alguns dos fenômenos que destacam o caráter incontrolável e totalizador do sistema, que enlaça todas as relações e esferas sociais sob os mesmos imperativos da viabilidade produtiva. Todavia, ainda que as complicações advindas desse quadro não possam ser refutadas nem mesmo pelas apologéticas hegemônicas, não podemos, igualmente, cair no ilusório discurso de que o capitalismo está sentenciado ao “ponto de não-retorno” do colapso geral, não obstante sua indiscutível capacidade de reinvenção.

A crise estrutural do capital deve ser entendida como o pano de fundo não apenas da confrontação dos seus próprios limites, mas também como o estopim à

emergência de “novas potencialidades históricas”, haja vista que os problemas que dela emergem podem abrir o caminho ao necessário exame crítico dos problemas cruciais e estreitamente vinculados às estratégias que nos guiam rumo ao salto para além do capital, à ofensiva socialista e à teoria da transição socialista adequada ao contexto atual. (MÉSZÁROS, 2009a, p. 76-83).

No espírito da transição para o socialismo defendido por Marx, Mézáros aponta princípios orientadores à transformação socialista que devem ser considerados numa totalidade integrada de determinações recíprocas e implicações globais que devem estar conjugados à negação radical do sistema do capital e do capitalismo, de forma a entrincheirar resquícios que possam revitalizar e restaurar as antigas estruturas conforme ocorrido no modelo soviético, afinal o “êxito relativo da restauração capitalista” é responsável pela “paralisia ideológica” que mantém as forças socialistas reféns dessa devastadora internalização. (MÉSZÁROS, 2007, p. 228).

Dentre os princípios necessários à ordem social alternativa, Mézáros sobrepuja à estratégia da “participação democrática” da força de trabalho preconizada pela empresa capitalista, a “progressiva transferência do poder de decisão aos produtores associados” na tomada de decisão em todos os níveis de controle político, cultural e econômico (*Idem*, 2007, p. 229). Apenas por este meio pode-se despertar nas massas um autêntico interesse, identificação e expansão das potencialidades positivas de reprodução da existência social. A participação só será significativa se os poderes de decisão forem realmente transferidos aos trabalhadores associados, os quais deverão superar as determinações conflitantes e autoritárias herdadas do capital e isso só se torna realizável em outro modo de intercâmbio produtivo.

Na sequência, a “igualdade substantiva” será a consequência necessária e imprescindível à plena realização da estratégia da participação genuína dos trabalhadores (sujeito real do poder) e ao êxito do projeto socialista. Sem confrontar de forma consciente o problema da desigualdade estrutural arraigada à ordem do capital, a obra de superação dos conflitos estruturais internos do nosso microcosmo social se eterniza na tarefa de Sísifo. Não é à toa que, no curso do desenvolvimento histórico do capital, grandes personalidades que levantaram a bandeira de uma sociedade igualitária tenham silenciado ou sucumbido sob o cadafalso, e até mesmo a filosofia racionalista tenha se mostrado incapaz de fornecer a redenção da sociedade ao despotismo e à miséria.

Em lugar das relações sociais em que a igualdade existe apenas como uma exigência formal/jurídica – perfeitamente manipulável a favor de determinados interesses – ou sob a fórmula ilusória da “igualdade de oportunidades”, a plena realização da igualdade substantiva se apresenta como uma necessidade de imensa complexidade e do qual o projeto socialista não poderá esquivar-se.

E, naturalmente, essas mudanças (e demais outras não abordadas neste espaço) não podem realizar-se no interior do domínio político constituído no decurso do desenvolvimento capitalista. Como bem alerta Mézáros (2007, p. 281), “o capital é a força extraparlamentar por excelência de nossa ordem social” e domina completamente o parlamento, edificado historicamente na separação da política da dimensão reprodutiva material da sociedade.

Estamos diante de um dos fatores apontados pelo autor que inviabiliza uma solução sustentável aos problemas sociais genuínos no interior da estrutura política parlamentar. Com efeito, contrapor-se à hostilidade de tais forças exige um movimento consciente e ativo das massas engajado em todas as lutas sociais e políticas se utilizando das oportunidades parlamentares disponíveis, por menores que sejam para firmar as demandas necessárias de uma ação extraparlamentar.

Por certo, um movimento revolucionário organizado conscientemente não pode edificar-se no interior da política restritiva do parlamento dominado pelos interesses reprodutivos do capital e pela sobreposição dos interesses privados sobre a coletividade, tampouco pode ser obra de um partido político engajado na luta por concessões parlamentares, úteis somente à medida em abram espaços para a formação de uma força de combate extraparlamentar. Para tanto, “o desenvolvimento contínuo da consciência socialista” é um dos grandes desafios postos à educação das massas, que deve interagir, recíproca e dialeticamente, com desafios históricos que temos de enfrentar no curso de uma mudança qualitativa.

Referências Bibliográficas

FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1999.

HEGEL, G. W. F. **Filosofia da História**. Tradução Maria Rodrigues e Hans Harden. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

LYOTARD, Jean-François. **A Condição Pós-Moderna**. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I: O Processo de Produção do Capital**. Vol. I. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política: Livro III: O Processo Global da Produção Capitalista**. Vol. IV. 4. ed. São Paulo: Difel, 1983.

MARX, K, F, ENGELS. **A Ideologia Alemã (I – Feuerbach)**. 8. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

MÉSZÁROS, I. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009a.

_____. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b.

_____. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico: O Socialismo no Século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.